

Denise Pereira
(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 3



Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-456-6 DOI 10.22533/at.ed.566190507 1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MEMÓRIA EM PAUL RICOUER: MÚSICA CAIPIRA E IDENTIDADE CULTURAL DO HOMEM DO CAMPO	
Angela Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5661905071	
CAPÍTULO 2	12
O DIREITO AO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL E NA ARGENTINA: NOTAS SOBRE DISCURSOS E LUTAS FEMINISTAS	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.5661905072	
CAPÍTULO 3	23
O PRINCÍPIO DA CARIDADE NO DISCURSO INSTITUCIONAL DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO	
Melina Teixeira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5661905073	
CAPÍTULO 4	33
OS INOCENTES ÀS PORTAS: ANÁLISE SOCIAL DAS CRIANÇAS EXPOSTAS EM OUTRO PRETO, SÉCULO XIX	
Melissa Lujambio Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5661905074	
CAPÍTULO 5	45
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E TEORIA CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA A DISCUSSÃO DA FORMAÇÃO HUMANA	
Thiago Xavier de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.5661905075	
CAPÍTULO 6	60
“PARA TODOS OS LAVRADENSES, MEU ÚLTIMO ABRAÇO E MEU ADEUS”: HISTÓRIAS DE VIDA DA PROFESSORA MARIA ELENITA (1944-1984)	
Maria Aline Souza Guedes	
Valdenira Meneses Andrade Perone	
DOI 10.22533/at.ed.5661905076	
CAPÍTULO 7	72
ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ: LEITURAS A PARTIR DA TEORIA DOS PROCESSOS SOCIAIS DE NORBERT ELIAS	
Nadyne Venturini Trindade	
Bárbara Schausteck de Almeida	
Wanderley Marchi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5661905077	

CAPÍTULO 8 83

O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Wéster Francisco de Almeida
Débora Villetti Zuck

DOI 10.22533/at.ed.5661905078

CAPÍTULO 9 100

EJA, INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EJA INSPIRADAS NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Jaqueline Ventura
Keilla Gomes Giron
Dayana Gomes
Daniel Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.5661905079

CAPÍTULO 10 113

CÓDIGO DE MENORES E A EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE SEU DISCURSO E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS (1927 – 1979)*

Rodrigo Teófilo da Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.56619050710

CAPÍTULO 11 123

PERFORMANCE: PRESERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

Joseane Alves Ferreira
Jane Aparecida Marques

DOI 10.22533/at.ed.56619050711

CAPÍTULO 12 135

REFLEXÕES DA DANÇA À LUZ DOS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA

Isis Conrado Haun
Cláudio Eduardo Félix dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.56619050712

CAPÍTULO 13 146

RELAÇÕES ENTRE DIVERSÃO E LOUCURA: ESTUDO DA INTERNAÇÃO NO HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA, 1934 A 1946

Marcelle Rodrigues Silva
Maria Cristina Rosa

DOI 10.22533/at.ed.56619050713

CAPÍTULO 14 154

REPRESENTAÇÕES DAS AMÉRICAS NO PERIÓDICO “O UNIVERSAL”, 1825-1842

João Eduardo Jardim Filho

DOI 10.22533/at.ed.56619050714

CAPÍTULO 15 164

DIOGO GOMES E OS PORTUGUESES NOS NEGÓCIOS DO SENEGAL E GAMBIA NO SÉCULO XV

André Felipe De Souza Menezes

DOI 10.22533/at.ed.56619050715

CAPÍTULO 16	171
TRAÇOS DA CIDADE: RELEITURA DOS REGISTROS DE DEBRET NO RIO DE JANEIRO	
Bruno Willian Brandão Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.56619050716	
CAPÍTULO 17	183
CIVILIZAR O CORPO AS MODAS E AS MODISTAS NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX	
Mariana de Paula Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.56619050717	
CAPÍTULO 18	192
A MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL E COMO LIDAMOS COM SUA MEMÓRIA: DIFERENTES OLHARES ENTRE QUEM MIGRA E QUEM PERMANECE EM UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE RESENDE COSTA-MG	
Eduardo Filipe de Resende	
DOI 10.22533/at.ed.56619050718	
CAPÍTULO 19	200
UM EXERCÍCIO À GUIA DE REFLEXÃO TEÓRICA: DIFERENTES INTERPRETAÇÕES ACERCA DO POPULISMO NO BRASIL E SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
Patrícia Costa de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.56619050719	
CAPÍTULO 20	212
UMA SÍNTESE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL: SEUS ATORES E SUAS PRÁTICAS	
Cássia Regina da Silva Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.56619050720	
CAPÍTULO 21	221
VESTÍGIOS DO PASSADO NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS JORNALÍSTICOS	
Simone Bezerril Guedes Cardozo	
DOI 10.22533/at.ed.56619050721	
CAPÍTULO 22	229
REFLEXÕES ACERCA DO MITO DE SÃO TIAGO: HAGIOGRAFIA E OS MILAGRES DO <i>LIBER SANCTI JACOBI</i>	
Cristiane Sousa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.56619050722	
CAPÍTULO 23	244
O CARNAVAL NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM - PA: ASPECTOS ESTRUTURAIS E ORGANIZACIONAIS	
Carlindo Silva Raiol	
Jeanny Marcelly Barreto Bentes	
DOI 10.22533/at.ed.56619050723	

CAPÍTULO 24 253

O ENSINO DE HISTÓRIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E SUA INTERAÇÃO COM AS NOVAS
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (NDTIC)

Otiliana Farias Martins

Maria Zilah Sales de Albuquerque

Carlos Alberto dos Santos Bezerra

André Magalhães Boyadjian

DOI 10.22533/at.ed.56619050724

SOBRE A ORGANIZADORA..... 264

ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ: LEITURAS A PARTIR DA TEORIA DOS PROCESSOS SOCIAIS DE NORBERT ELIAS

Nadyne Venturini Trindade

Loughborough University
Leicestershire-UK

Bárbara Schausteck de Almeida

Uninter
Curitiba – PR

Wanderley Marchi Júnior

Universidade Federal do Paraná
Curitiba – PR

RESUMO: O uso do esporte como ferramenta de promoção do desenvolvimento humano tem sido problematizado a partir de diferentes leituras no campo da política social. Este artigo discute o desenvolvimento das ações de inclusão social por meio do esporte a partir de uma análise do movimento de globalização do esporte. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria dos Jogos Competitivos, busca-se evidenciar os tensionamentos presentes dentro dessa figuração a partir da síntese dos desafios enfrentados no tocante ao financiamento e à avaliação das iniciativas em nível local.

PALAVRAS-CHAVE: Esportes. Projetos de Investimento Social. Desenvolvimento Social e Lazer.

ABSTRACT: The use of sport for human development has been questioned from different

perspectives in the field of social policy. This article discusses the development of initiatives for social inclusion through sport from an analysis of the sport globalization movement. Applying the theoretical and methodological frameworks of the Theory of Competitive Games, it seeks to highlight the tensions within this figuration in sport considering the synthesis of the challenges regarding to funding and evaluation of local level initiatives.

KEYWORDS: Sports. Social Investment Projects. Community Development.

1 | ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ

No período em que os contornos básicos da sociologia moderna se estabeleceram o esporte não era considerado um tema relevante para a discussão de problemas sociais. O pouco interesse se justificava a partir do entendimento de que o esporte “não constituía nem uma propriedade básica nem universal do sistema social” (ELIAS; DUNNING, 1985, p.15). O deslocamento do esporte da margem em direção ao centro dos interesses na sociedade passou a produzir um tipo de cultura que extrapolou os espaços tradicionais de prática esportiva, culminando no surgimento de novas estruturas, padrões e diferentes usos, apropriações e

formas que vêm constituindo as diferentes práticas esportivas (STEENBERGEN, 2001). É no bojo dessas mudanças que esporte passa a ser reconhecido como um fenômeno polissêmico, passível de análises a partir de diferentes disciplinas acadêmicas.

No campo da política social contemporânea, por exemplo, o debate que se estabelece é marcado pelo conflito ideológico e a polarização no que diz respeito às interpretações sobre o bem-estar social e ao papel do Estado na promoção de políticas sociais. Nesse cenário, as perspectivas sobre o esporte também passam a evidenciar as disputas entre os que defendem o direito e o acesso à prática esportiva *como* bem-estar social e aqueles que defendem o uso do esporte *para* o bem-estar social (SPAALIJ, 2014). Desde o século XIX, o esporte se fez presente no escopo das políticas sociais de caráter militar e higienista em alguns países europeus, nos movimentos de recreação racional (KIDD, 2008) e na criação de organizações esportivas que visavam o desenvolvimento sócio moral da juventude, como a Associação Cristã de Moços (SAAVEDRA, 2009).

A partir da crítica às políticas de bem-estar social, gradativamente, observou-se um reforço da perspectiva funcionalista na oferta e na promoção da prática esportiva para a população através de políticas governamentais. A busca por resultados sociais mais amplos passou então a permear as proposições ligadas à promoção da prática esportiva, buscando com isso desde o aumento do capital social e a diminuição da violência e da desigualdade até a reestruturação socioeconômica. Esse rearranjo da orientação das políticas sociais aponta para um contexto em que o esporte passa a ser pensado e utilizado como um veículo para as políticas sociais orientadas para a promoção da inclusão social (COALTER, 2007; BLOYCE; SMITH, 2010).

Para Kidd (2008) essas mudanças constituem os contornos do que ele interpreta como um novo movimento social, o “esporte para o desenvolvimento” (p. 1), que tem seus reflexos nas práticas dentro do contexto esportivo em escala global a partir do final da década de 90. Esta configuração interpõe dimensões - estruturais, institucionais, ideológicas e culturais. Ela é composta de vários grupos-chave, incluindo órgãos estatais, empresas transnacionais, agências não-governamentais e organizações esportivas. Em termos de ações, os projetos sociais esportivos destacam-se enquanto estratégias de intervenção que convergem os interesses, reivindicações e preocupações dos diferentes grupos que apoiam o movimento do esporte para a mudança social.

No que se refere às perspectivas teóricas fundamentadoras, a abordagem da Terceira Via e a do Desenvolvimento Social ocupam papel de destaque (COALTER, 2007; SPAALIJ, 2014). Giddens (2007) define a Terceira Via como uma prática política de reestruturação das doutrinas esquerdistas em contrapartida à polarização do pensamento político entre as vias socialistas e neoliberais pós Segunda Guerra Mundial. Essa abordagem defende a mistura entre as ações do setor público e privado, de forma sinérgica. Portanto, centra-se na colaboração por meio de parcerias público-privadas, havendo uma tendência em se fomentar iniciativas de criação e distribuição do investimento social a partir do trabalho conjunto do Estado com agências comerciais,

voluntárias e informais.

De fato, o termo “parceria” tornou-se um chavão da perspectiva de Terceira Via e é entendido como um modo de convergir todos os interesses comuns e resolver os clássicos problemas de implementação de programas (HILL, 2003). Indo em direção semelhante, a perspectiva do Desenvolvimento Social caracteriza-se pela busca por integração do bem-estar social e do desenvolvimento econômico através do uso eficaz da política econômica. Por meio da promoção de estratégias de investimento social que incentivam a participação na economia produtiva, os agentes do setor de desenvolvimento social procuram argumentar que o bem-estar social não é contrário ao progresso econômico, mas que os dois são interdependentes (MIDGLEY, 2009). Parte-se do entendimento de que a participação econômica é o principal meio pelo qual as pessoas podem satisfazer suas demandas sociais; logo, o investimento público deveria buscar garantir que as pessoas tivessem habilidades, conhecimentos, recursos e oportunidades para participar efetivamente no mundo produtivo, em particular, através do reforço do capital humano e social a nível individual e comunitário (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000).

Desde o começo do segundo milênio a perspectiva do Desenvolvimento Social tem sido cada vez mais proeminente no movimento do esporte para o desenvolvimento nas nações menos favorecidas do Hemisfério Sul, através da oferta extensiva de programas esportivos de caráter social (LEVERMORE; BEACOM, 2009). Para Lister (1998), um aspecto chave que sintetiza a mudança do paradigma de valorização da igualdade de resultados para um foco em igualdade de oportunidades é a crescente utilização dos termos inclusão e de exclusão social no lugar do termo pobreza, indicando uma ênfase no trabalho remunerado e na educação como os principais mecanismos de inclusão.

A preocupação com a participação cívica inadequada e falta de integração social e coesão comunitária é a razão para a promoção de medidas de responsabilização individual pelas questões públicas, como a ênfase na participação cívica e vida associativa em clubes esportivos, por exemplo (COALTER, 2007; BLOYCE; SMITH, 2010; SPAAIJ, 2013). Sem embargo, o conceito de inclusão social tem seus críticos. Primeiramente, por estar associado a uma grande variedade de objetivos sociais, que vão desde o desemprego até a integração social e a participação cívica, o que, em termos de conceituação, o torna bastante vago e impreciso.

Além disso, a crítica pós-moderna argumenta que além de ultrapassadas, as ações que buscam promover a inclusão social através do esporte refletem anseios institucionais para exercer o controle e impõe a ordem social (HYLTON; TOTTEN, 2008). Outros ressaltam que, na forma em que se busca vincular o esporte à inclusão social, não se considera que a situação de pobreza e status socioeconômico (em conjunto com outras formas de desigualdade social) estão no cerne da exclusão social (COLLINS; KAY, 2003; BLOYCE; SMITH, 2010).

A atuação das agências financeiras, como o Banco Mundial, em conjunto com

outros grupos-chaves tem destaque neste contexto de integração da política econômica e social (HALL; MIDGLEY, 2004). Com efeito, o que fica demarcado são os modos como essas diferentes esferas atuam de modo interdependente sob o compromisso de promover a mudança de uma realidade social por meio de programas esportivos. Essa conjuntura é alvo de críticas contra o modelo neoliberal de intervenção, uma vez que o poder público se abstém do controle sobre o atendimento das demandas sociais, repassa a responsabilidade para as organizações da sociedade civil e financia estes programas juntamente com a iniciativa privada.

Embora estas críticas sejam legítimas, entendemos que elas são secundárias em relação aos processos mais profundos que dizem respeito à representação global, cultural e política emergente do século XXI. Além disso, ao restringir a leitura à dimensão econômica, “perde-se a oportunidade de buscar elementos nas relações humanas construídas a partir da elaboração e implementação de políticas públicas, que expliquem o resultado a partir de um processo cego” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2012, p. 661).

Como contraponto, por meio de uma leitura sociológica dos processos (ELIAS, 1992), é possível lançar luz sobre os mecanismos de disputas, interesses e estratégias, ocorrendo por vezes de modo não planejado, que envolvem estes diferentes agentes e definem seus papéis dentro do jogo da inclusão social. Para Elias (2005), essas questões não podem ser compreendidas se as dicotomias estiverem mantidas. Assim, desenvolvendo uma forma alternativa de pensar as relações humanas, o autor lança a ideia dos modelos de jogos competitivos. Para o autor, compreender o modo como as ações e as experiências se interpenetram dentro das redes de interdependências funcionais traz à tona o caráter processual das relações sociais. Como Elias (2006, p. 197) sintetiza:

A tarefa de uma teoria dos processos sociais consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não planejadas. [...] A recepção de uma tal abordagem teórica vem sendo dificultada pela autocompreensão [sic] da sociologia contemporânea como uma disciplina primordialmente orientada para o presente, que investiga as transformações e as relações de curto prazo no interior de sistemas sociais dados. Essa autocompreensão [sic] é uma consequência da divisão acadêmica entre história e sociologia, mas também da proximidade crescente da sociologia com a prática, ou seja, sua inclusão em projetos de planejamento burocraticamente controlados. Com isso, acaba-se por não compreender o processo de desenvolvimento não-planejado e de longo prazo, que produziu as condições para a prática de planejamento de nossos dias e ao qual todo desenvolvimento social planejado continua intrinsecamente ligado.

Essas sequências de interdependências não acontecem sem razão, mas há, no lugar disso, um padrão estruturado para estes processos. Embora a ocorrência desta mudança estruturada seja inevitável em virtude do dinamismo das relações sociais, não há nada de inevitável a respeito do curso específico tomado por qualquer sequência figuracional. Como Elias (2005) explica, essas figurações são marcadas por uma série

de tensionamentos que conferem o caráter dinâmico das relações. Essas tensões, ou as relações de poder, são uma característica estrutural de todas as interdependências humanas.

Entendido sob esse viés, o poder é apresentado pelo autor como um fenômeno relacional e dinâmico nas redes, que por sua vez é um espaço marcado por uma série de equilíbrios de poder que contêm, ao mesmo tempo, elementos de cooperação e conflito. Um conceito relacionado que também foi projetado pelo autor para promover a reflexão sobre o processo é o de desenvolvimento. Este conceito é utilizado no lugar do termo mudança porque capta mais adequadamente a complexidade das figurações em fluxo.

A abordagem de desenvolvimento possibilita capturar ambos os processos que envolvem movimentos para níveis mais altos ou mais baixos de diferenciação e integração e as conexões entre estágios em tais processos. O uso deste conceito abre espaço de investigação sobre o ponto que é essencial na sociologia figuracional: o do rastreamento dos movimentos ao longo do tempo que expliquem como determinados arranjos sociais surgem a partir de estágios anteriores.

Buscando lançar luz sobre a temática, as questões que se levantam são: 1) considerando os grupos-chave dentro do movimento do esporte para o desenvolvimento, como se estabelecem as dependências mútuas? 2) dada a natureza polimorfa, relacional e dinâmica de poder dentro da figuração, como se dão os movimentos de dependência de poder entre esses grupos-chave?

Buscando levantar subsídios para problematizações em torno dessas questões, são apresentados vestígios do desenvolvimento e a promoção das noções de “direitos” e cidadania enquanto categorias cada vez mais padronizadas internacionalmente dentro de um movimento de globalização esportiva. Em seguida são apresentados os tensionamentos presentes dentro da figuração a partir da síntese dos desafios enfrentados no tocante ao financiamento e à manutenção dessas atividades dentro do complexo contexto em que se insere a educação não formal.

2 | GOVERNANÇA, RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Pierik (2004) apresenta o conceito de governança a partir da relação com a globalização enquanto “um fenômeno multidimensional que envolve a mudança na organização da atividade humana e no deslocamento do poder de uma orientação local e nacional no sentido de padrões globais, com uma crescente interconexão na esfera global” (p. 454, tradução nossa). Para o autor o termo governança refere-se a uma reestruturação nos meios e processos administrativos no setor público visando solucionar questões de cunho social em parceria com o segundo e o terceiro setor.

Nesse modelo de atuação há também uma crescente abertura à participação e à cooperação mútua tanto dos agentes locais quanto supranacionais. Assim, como um

contraponto à perspectiva hierárquica de Estado enquanto instituição centralizadora das ações e do poder, dentro do modelo de governança as fronteiras com o mercado e a sociedade civil tornam-se menos demarcadas e constituem mecanismos que se articulam em diferentes arranjos. Através desses arranjos funcionais entre a sociedade e as organizações privadas, por meio de parcerias estratégica, formam-se estruturas híbridas nas quais atuam diferentes mecanismos de gestão. Assim, mudanças na balança de poder se efetivam a partir do aumento no número de organizações supranacionais no cenário global e a crescente influência de outras instituições, como organizações internacionais e supranacionais, organizações não governamentais e empresas multinacionais, limitando a autoridade dos Estados nacionais por meio da “emergência da governança global.” (PIERIK, 2004, p. 458).

No movimento de esporte para o desenvolvimento e a paz, o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) recebe destaque entre as demais organizações supranacionais. Por meio do incentivo às ações promovidas por ONGs locais, a ONU reconhece o papel destas organizações enquanto agentes chaves para o fortalecimento do debate sobre a eficácia das intervenções que visam contribuir para a sua agenda de desenvolvimento como é o caso dos projetos sociais esportivos oferecidos por essas organizações no contraturno escolar (LEVERMORE; BEACOM, 2009).

Um possível desdobramento dessa articulação entre organizações de nível supranacional e local no tocante à convergência de objetivos ligados ao desenvolvimento é a mudança significativa em relação à estruturação organizacional das ONG's. Diferente da década de 70, quando se buscava uma diferenciação em relação à cultura empresarial e à lógica econômica, a partir dos anos 2000 intensificou-se a adoção do planejamento estratégico na administração dessas organizações por meio da incorporação de metas, objetivos e da construção de indicadores ligados ao desenvolvimento.

A importância do esporte enquanto plataforma política tem aumentado desde a década de 1960, com destaque para as últimas duas décadas, quando as questões sociais passaram a ser apontadas de modo mais acentuado na agenda política. Coalter (2007) evidencia a falta de base empírica que justifique o uso do esporte para remediar diferentes problemas sociais; no entanto, as abordagens típicas do paradigma funcionalista-positivista são muito mais acolhidas pelo poder público e estão em consonância com as propostas de avaliação e monitoramento promovidas por organizações como a ONU e o Banco Mundial. Há, portanto, uma inclinação para a adoção de processos de gerenciamento e avaliação que atendam aos interesses de cada um desses grupos chaves.

Busca-se, a curto prazo, resultados observáveis associados com dados quantificáveis. Estes, por sua vez, são interpretados como evidências objetivas e científicas e, portanto, mais perto da noção de verdade. Apesar do alinhamento entre as concepções, alegações e proposições no âmbito do primeiro e terceiro setor em relação à utilização do esporte para o desenvolvimento humano e a paz, no que se

refere ao financiamento de projetos sociais esportivos desenvolvidos por ONG's locais, o que se observa é uma participação tímida e bem menos engajada do setor público.

Como Lima Neto (2013) problematiza, a parceria com o setor público é um dos maiores desafios enfrentados pelas ONG's em virtude das frequentes descontinuidades resultantes das trocas de gestão e reorganização do orçamento. Para o autor, a saída frente a essa dificuldade de estabelecer e garantir a manutenção de parcerias duradouras com o poder público é a busca, cada vez maior, por fontes diversificadas de financiamento e parcerias junto ao setor privado. Por meio da relação do tipo principal-agente, na qual os fundadores/idealizadores (principal) do projeto não assumem a função de gestão da organização, atende-se a uma demanda pela crescente profissionalização das ONGs e ao aumento da rigidez na prestação de contas, especialmente os parceiros e doadores (MENDONÇA; MACHADO FILHO, 2004).

Como sinalizam esses autores, a relação entre principal e agente é marcada pelos tensionamentos provenientes das diferentes perspectivas e objetivos que orientam cada uma dessas partes. No contexto das ONGs, o movimento de profissionalização frente à necessidade de sofisticação dos processos organizacionais e financeiros ocorre em paralelo à uma importação de conceitos do contexto empresarial e levanta preocupações sobre o risco de transferência da visão de mercado para contextos onde o lucro em questão não é de ordem financeira (ROCHA; FEITOSA, 2013).

No entanto, especialmente no caso das ONG's em que a relação principal-agente se faz presente, observa-se a crescente incorporação dos aspectos de Governança Corporativa (GC) por meio de procedimentos que visam garantir que os interesses dos principais, do setor público e da sociedade sejam satisfeitos. As chamadas boas práticas de GC referem-se às tentativas de alinhamento dos interesses dos principais e do agente com a finalidade de reorganizar e otimizar a estrutura administrativa e financeira, inspirando confiabilidade na organização e, com isso, atraindo maiores investimentos. Para Mendonça e Machado Filho (2004) a GC em empresas com fins lucrativos pressupõe a necessidade de transparência e credibilidade nas ações e relatórios para ser competitiva no mercado de capitais. No caso das ONG's, esses investimentos vêm a partir do chamado mercado de doações, que passa pelos mesmos mecanismos de busca por um posicionamento privilegiado que permita competir por recursos no mercado de doadores.

Uma vez que essas organizações são de caráter autônomo e não distribuidoras de lucro, o aumento no potencial de poder e relativa autonomia dentro da figuração do setor do esporte para o desenvolvimento e a paz é condicionado à capacidade de demonstrar o resultado de suas ações, visando a sustentabilidade da iniciativa. A busca pela boa reputação e pelo grau de legitimidade impõe a necessidade de se prover indicativos de eficiência e bons resultados. No entanto, a ação dessas organizações esportivas não necessariamente gera resultados tangíveis que podem ser comparados com o de organizações que prestam serviços nas áreas da saúde e de geração de

emprego, por exemplo. Assim, o tensionamento surge a partir da necessidade de garantir um melhor posicionamento no mercado de doações, a sustentabilidade e a possibilidade de avaliar o impacto social do projeto, o que por sua vez depende de um balanço positivo das receitas.

Essa dinâmica é um desafio uma vez que o “efeito esporte” e seus possíveis benefícios sociais são dificilmente mensuráveis e evidenciáveis (COALTER, 2007). Na análise de Mendonça e Machado Filho (2004), a dificuldade em se avaliar o impacto social dessas ações levanta as chances de risco moral (*moral hazard*) na relação principal-agente, uma vez que o fluxo de informações relevantes sobre o desempenho do programa passa a ocorrer única e exclusivamente a partir do agente.

Na mesma direção, Webb e Richelieu (2016) levantam a discussão sobre as implicações dessa dificuldade em se construir um corpo de indicadores sobre o impacto social dos programas socioesportivos no financiamento dessas organizações. O que fica sugerido a partir das problematizações apresentadas por esses autores é que a opinião pública sobre o potencial do esporte não é suficiente para garantir a perenidade dos financiamentos e a movimentação do mercado de doações a longo prazo.

Se por um lado o discurso salvacionista do esporte é apontado como um aliado na busca por parcerias com o setor público e, especialmente, com o setor privado (MELO, 2008) por meio do investimento estratégico no *marketing* social, o que se observa é que essas alegações não são suficientes para garantir a manutenção das parcerias no longo prazo. Como apontam Kissler e Heidemann (2006), a reestruturação do setor público e a divisão de tarefas com o segundo e terceiro setor priorizam por uma maior efetividade das ações sem que isso venha acompanhado de um melhoramento das medidas de avaliação de políticas. Enquanto isso, no setor privado, o que define o financiamento de projetos de esporte para o desenvolvimento é a potencialidade de difusão desses resultados sociais positivos por meio do esporte.

3 | À GUIA DE CONCLUSÃO

A análise sociológica do fenômeno esportivo tem levado estudiosos a investigarem não só os valores e normas dominantes, mas também a emergência de subculturas e novos usos e sentidos no/do esporte. A este respeito, perguntas sobre como o poder é exercido, por quem, e como a natureza estruturada das sociedades impõe limites e cria possibilidades dentro de determinados arranjos recebem destaque.

No contexto global, a discussão sobre o papel social do esporte e a ênfase explícita sobre a necessidade de justiça social no e pelo esporte tem resultado na crescente disseminação e fortalecimento do setor de esporte para o desenvolvimento e a paz. Nesse sentido, a leitura sobre esse setor a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da teoria de processos de Norbert Elias dá destaque ao modo como as articulações de cada grupo se configuram a partir da ação das forças coercivas estabelecidas dentro de um contexto de interdependências funcionais.

Como discutido ao longo desse texto, esses grupos incluem o Estado, organizações supranacionais, o setor privado e organizações de base comunitária e não governamentais que se articulam a partir de um processo de emergência da governança corporativa a nível global. Desde o engajamento dessas organizações supranacionais dotadas de um poder particularmente significativo no cenário global, nota-se uma ênfase no conceito de parceria, substituindo a tradicional relação doador-beneficiário que marcava o terceiro setor.

No entanto, esse novo arranjo não implicou no aumento do potencial de poder de organizações de base comunitária. Em vez disso, o que se observa é que a oportunidade de ter voz e visibilidade está cada vez mais ligada à capacidade das ONG's ocuparem um melhor posicionamento no chamado mercado de doações, buscando a garantia da sustentabilidade dessas iniciativas por meio do esporte. Ao mesmo tempo, isso tem requerido a demonstração do impacto social promovido pelas ações. Aqui, problematizamos a crescente demanda pela avaliação da eficácia dos programas de desenvolvimento por meio do esporte, a partir da constatação de que os principais recursos e argumentos mobilizados para a promoção do potencial do esporte na promoção de resultados sociais mais amplos carecem de bases empíricas (COALTER, 2007).

A esse ponto, parece razoável retomar à ideia do campo esportivo enquanto espaço de contestação e tensionamentos sociais no nível global e local, no qual os discursos sobre uma pretensa essência pura e boa do esporte são utilizados como uma estratégia de manutenção de determinados contextos de dominação (ELIAS; DUNNING, 1985; COAKLEY, 2015). Discussões futuras sobre como o campo esportivo e social pode ser rearticulado, e, porque não, transformado, demandará a investigação de questões relacionadas não só com a governança e a política, mas também com o fortalecimento de alternativas locais, auto gerenciadas e sustentáveis (MCGREW, 2000; MARTINELLI, 2003).

REFERÊNCIAS

BLOYCE, D.; SMITH, A. **Sport policy and development**. London: Routledge, 2010.

COAKLEY, J. Assessing the sociology of sport: On cultural sensibilities and the great sport myth. **International review for the sociology of sport**, v. 50, n. 4-5, p.402-406, 2015.

COALTER, F. **A Wider Social Role for Sport: Who's Keeping the Score?** London: Routledge, 2007.

COLLINS, M. F.; KAY, T. **Sport and social exclusion**. London: Routledge, 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. v.1-2.

_____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Org.). **Escritos & ensaios, 1: estado, processo, opinião pública/Norbert Elias**. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 2006. p. 197-231.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca pela excitação**. Lisboa: DIFEL. 1985.

GIDDENS, A. (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HALL, A.; MIDGLEY, J. **Social policy for development**. London: Sage, 2004.

HILL, J. Introduction: Sport and politics. **Journal of Contemporary History**, v. 38, n. 3, p. 355–361, 2003

HYLTON, K.; TOTTEN, M. Developing “sport for all”? Addressing inequality in sport. In: HYLTON, K.; BRAMHAM, P. (Orgs.), **Sports development**. London: Routledge, 2008, p. 37-79.

JARVIE, G. **Sport, culture, and society**. 2a edição. Londres: Routledge, 2012.

KIDD, B. A new social movement: sport for development and peace. **Sport in Society**, v. 11, n. 4, p. 370-380, 2008.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p.479-499, 2006.

LEVERMORE, R.; BEACOM, A. Sport and Development: Mapping the field. In: LEVERMORE, Roger; BEACOM, Aaron (Orgs.). **Sport and International Development**. Basingstone: Palgrave Macmillan, 2009, p. 1-25.

LIMA NETO, F. **Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções**. Brasília: IPEA, 2013.

LISTER, R. (1998). From equality to social inclusion: New Labour and the welfare state. **Critical Social Policy**, 18, 215–225.

MARTINELLI, A. Markets, Governments, Communities and Global Governance. **International Sociology**, v. 18, p. 291–324, 2003.

MCGREW, A. Power Shifts: From National Government to Global Governance. In: HELD, D. (ed.), **A Globalizing World? Culture, Economics, Politics**. London: Routledge, 2000, p. 127-168.

MIDGLEY, J. The definition of social policy. In: MIDGLEY, J.; LIVERMORE, M. (Eds). **The handbook of social policy**. London: Sage, 2009, p. 3-10.

PIERIK, R. H. M. Globalization and Global Governance: A Conceptual Analysis. In: HEERE, W. P. (Ed.). **From Government to Governance: The Growing Impact of Non-State Actors on the International and European Legal System**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 454-462.

SAAVEDRA, M. Dilemmas and opportunities in gender and sport-in-development. In: LEVERMORE, R; BEACOM, A. (Orgs.). **Sport and international development**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009, p. 124-155.

SPAAIJ, R. Sport, social cohesion, and community building: Managing the nexus. In: P. Leisink, P.; Boselie, P.; van Bottenburg, B.; Hosking, D. M. (Orgs.). **Managing social issues: A public values perspective**. Cheltenham: Elgar, 2013, p. 107-125.

SPAAIJ, R. Sport and social policy. In: MAGUIRE, J. **Social sciences in sport**. Leeds: Human Kinetics, 2014, p. 277-304.

STEENBERGEN, J. The double character of sport. In: STEENBERGEN, J; ELLING, A.H.F. (Orgs.). **Values and norms in Sport**: Critical reflection on the position and meanings of sport in society. 2001. p. 33-56.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. de; MARCHI JÚNIOR, W. A teoria dos jogos competitivos de Norbert Elias como alternativa à leitura das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 4, p.657-665, 2012.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: Implications for development theory, research, and policy. **The World Bank Research Observer**, v.15, p. 225–249, 2000.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-456-6



9 788572 474566